

Enfim, a eutanásia do ensino

LEONARDO TREVISAN



A cidade brasileira de Ponta Porã e a paraguaia Pedro Juan Caballero estão separadas pela Avenida Internacional. Por essa avenida há cerca de um mês, centenas de estudantes brasileiros das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul

— em especial 300 alunos de quatro escolas de 2º grau — caminharam cinco quilômetros e foram pedir ao intendente municipal paraguaio vagas na rede pública de ensino daquele país amigo. O pedido justificava-se pelo cansaço dos estudantes brasileiros de não terem aulas de Matemática, Física, etc. por não existirem professores. Depois de uma greve de mais de 40 dias, 126 professores foram demitidos e nenhuma das quatro escolas de 2º grau de Ponta Porã tem o seu quadro de professores completo. Caso exista alguém que ainda procure o fundo do poço da educação brasileira, pode considerar a busca encerrada. Quando jovens brasileiros precisam pleitear a comiseração paraguaia para se educarem — por sinal, parece que não foi negada —, dispensam-se maiores provas do caos.

Antes que algum apressado venha dizer que tudo isso é um problema dos nossos grotões, convém informar que em São Paulo por exemplo, as coisas não são muito diferente. As escolas da Capital, notadamente as de 2º grau, período noturno (as que dão atendimento à maioria da clientela), fecham uma hora depois de, oficialmente, ini-

ciada a primeira aula. Motivo: não têm professor, como em Ponta Porã... não há pessoal capacitado e os que são não se interessam mais pela profissão. Por que o quadro geral da educação brasileira é este — e enganam-se os que imaginam proteger os seus filhos, só porque os colocam em escolas particulares —, o Ministério da Educação estuda com todo o interesse e urgência o fim de qualquer exigência de padrões mínimos para o ingresso no ensino superior.

A solução realmente é de cabo-de-esquadra. Por ser a educação o que é, pretende-se que a universidade desempenhe as funções que a escola de 1º grau não cumpriu! O pior é que se

Enganam-se os que colocam os filhos em escolas particulares, imaginando protegê-los

chama o absurdo de democratização da universidade, de “desetilitização”, de aproximação com a realidade educacional do País. A comparação é inevitável: é a novíssima vitória da estética do realismo socialista... Se esta é a realidade, a ela devemos nos enquadrar sem exigências, obedientes à ditadura dos interesses reais da maioria. Inacreditável ressurreição de uma mentalidade que se esperava morta e enterrada, ainda antes de Gorbachev...

Que interesses da maioria estarão sendo atendidos pelo fato de a universidade não fazer mais exigência alguma? A realidade se faz também com números e estes não estão sendo con-

venientemente citados. Estudo do MEC prova que o Brasil forma por ano 600 mil alunos no 2º grau e oferece 440 mil vagas no ensino superior, quase um por um, uma média invejável ao nível internacional. As associações profissionais reclamam que temos médicos (o crescimento da natalidade médica anual é de 8% e o da população, 2,1%), engenheiros, dentistas, advogados, enfermeiros demais; mal distribuídos regionalmente, é verdade, mas em número excessivo. A opinião unânime destas associações é que a grande carência fica por conta da falta de qualidade dos formandos, e não da quantidade deles. Que maioria estará sendo atendida por se arrefecerem exigências? Outro ponto é que as famosas vagas ociosas nas universidades públicas estão em 90% dos casos em cursos de licenciatura. Lembremo-nos de Ponta Porã para especularmos sobre os motivos por que sobram vagas nos cursos que formam professores.

O pior mesmo é quando uma universidade da qualidade e da tradição da USP resolve apoiar o que até então eram somente propostas de políticos profissionais à procura de causas que virem votos fáceis. Em entrevista, o reitor da USP manifestou-se pouco “entusiasmado” com a exigência de nota elimintória três, porque não sabe se “redação é tão importante que justifique nota mínima”, ao mesmo tempo em que considerou “extensa” também a exigência de leitura de seis livros para o aluno que pretenda cursar a universidade responsável por 60% dos doutoramentos no País. Ninguém duvida de que a USP ainda seja o grande sinalizador de tendência educacional no Brasil. Medite o Conselho Universitá-

rio da mais antiga universidade paulista sobre a solidão opinativa do reitor da Unicamp, professor Carlos Vogt, que sozinho vem denunciando a falácia da solução classificatória para todo o drama da educação brasileira. Quantas vezes em sua história a USP foi sorridente às vontades do poder maior?

É um fato, porém, que tudo no Brasil é mais ou menos assim: lança-se o petardo, a sociedade reage, os jornais protestam e, pouco a pouco, tudo caminha para a vala comum do esquecimento. Silenciosamente, o absurdo vai se impondo. Uma estranha conjugação de interesses entre políticos preocupados exclusivamente com suas carreiras pessoais é anacrônicos praticantes da estática do realismo socialista parece que vai assegurar a vitória de determinada corrente do pensamento pedagógico na definição dos rumos maiores da educação brasileira. Há muito essa corrente provou sua incompetência para gerir suas próprias idéias de que a universidade estaria **deselitizada** quando o “profissional que sai” estivesse comprometido em “trabalhar para as massas”. Como a realidade continua teimando em não confirmar a teoria, deu-se mais uma vez um jeito na realidade, nunca na teoria. Como é difícil, pelos que “saem”, que se **deselitize** a universidade pelos que entram...

Bem pensadas as coisas, até que a volta do vestibular classificatório imposto a fórceps é uma solução “humana” para a agonia da educação brasileira. Por mais moralmente discutível que seja, a eutanásia também é uma das soluções possíveis para os doentes terminais.

Leonardo Trevisan é professor da PUC/SP e editorialista do Estado